

DECRETO N° 33679 - ANEXO

Publicação N° 119398

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL
COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

**PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA
CIVIL - PLAMCON**

ARACRUZ

2018

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PLAMCON

**DESLIZAMENTOS DE GRANDES IMPACTOS, INUNDAÇÕES
BRUSCAS E PROCESSOS GEOLÓGICOS/HIDROLÓGICOS
CORRELATOS**

ARACRUZ/ES

VERSÃO: Volume 1.

EXEMPLAR: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil –
Secretaria Municipal de Habitação e Defesa Civil – SEHAB.

AUTOR: Prefeitura Municipal de Aracruz-ES.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. FINALIDADE.....	5
3. OBJETIVOS.....	6
3.1 OBJETIVO GERAL.....	6
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
4. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS.....	6
4.1 SITUAÇÃO.....	6
4.1.1 Tipos de desastres recorrentes situação.....	7
4.2 CENÁRIOS DE RISCOS.....	8
4.2.1 Santa Luzia.....	9
4.2.2 Santa Cruz - Morro do Cruzeiro.....	9
4.2.3 Irajá II ou Novo Irajá.....	10
4.2.4 São Camilo.....	11
4.2.5 Limão I e II.....	12
4.2.6 Baixada Polivalente.....	12
4.2.7 Guaraná.....	13
4.2.8 Jacupemba.....	14
4.2.9 Bairros Segatto, Fátima, Clemente, Portelinha, Morobá e Morobazinho.....	14
4.2.10 Praia dos Padres.....	15
4.2.11 Vila do Riacho e Aldeia Indígena Combóios.....	15
4.2.12 Aldeia Indígena Nova Esperança.....	16
4.2.13 Barra do Riacho – São Pedro e área ribeirinha.....	16
4.3 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO.....	17
5. OPERAÇÕES EM CASO DE DESASTRE OCORRIDO.....	17
5.1 PROCEDIMENTOS.....	17
5.1.1 Procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade.....	17
5.1.2 Consolidação do primeiro relatório.....	18
5.1.3 Resposta e ações de socorro.....	18
5.1.3.1 Busca e salvamento.....	18
5.1.3.2 Primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar.....	18
5.1.3.3 Atendimento médico de urgência.....	18

5.1.3.4 Evacuação.....	18
5.1.3.5 Cadastramento e assistência social aos diretamente afetados.....	18
5.1.3.6 Abrigo provisório.....	18
5.1.3.7 Recebimento, organização e distribuição de doações.....	19
5.1.3.8 Manejo de vítimas fatais.....	19
5.1.3.9 Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos portadores de deficiência física, e outros).....	19
6. CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	19
6.1 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAL OU FEDERAL.....	19
6.2 SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE RESPOSTA.....	19
7. ATENDIMENTO AO CIDADÃO E À IMPRENSA.....	19
8. REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS.....	20
8.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA.....	20
8.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	20
9. ATRIBUIÇÕES.....	20
9.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS.....	20
9.2 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS.....	21
10. SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES (SCO).....	24
10.1 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE.....	23
10.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA.....	24
10.2.1 Comando.....	24
10.2.2 Assessoria do comando.....	24
10.3 SEÇÕES PRINCIPAIS.....	24
10.4 SEÇÃO DE PLANEJAMENTO.....	24
10.5 SEÇÃO DE OPERAÇÕES.....	25
10.6 SEÇÃO DE LOGÍSTICA.....	25
10.7 SEÇÃO DE FINANÇAS.....	25
10.8 ORGANOGRAMA DO SCO.....	26
10.9 PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO.....	27
11. OPERACIONALIDADE DO PLAMCON.....	28
11.1 CRITÉRIOS E AUTORIDADE.....	27
11.2 ATIVAÇÃO DO PLANO.....	28
11.3 CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO.....	29
12. DESMOBILIZAÇÃO.....	29

12.1 CRITÉRIOS PARA DESMOBILIZAÇÃO.....	29
12.2 AUTORIDADES PARA DESMOBILIZAÇÃO.....	29
12.3 PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO.....	29
13. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO.....	29
13.1 PÁGINA DE ASSINATURAS.....	30
13.2 REGISTRO DE ALTERAÇÕES.....	31
13.3 REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS.....	31
13.4 INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO.....	32
13.5 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLAMCON.....	32
ANEXOS.....	34
ANEXO 1: LISTA DE CONTATOS DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS E OUTROS.....	35
ANEXO 2: RELAÇÃO DE ESCOLAS QUE SERVIRÃO DE ABRIGOS PROVISÓRIOS, COM NOME E CONTATO DOS DIRETORES.....	38

1. INTRODUÇÃO

Este instrumento trata-se da elaboração do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLAMCON) do município de Aracruz/ES, que visa de modo complementar, a atender os preceitos estipulados na Lei Federal nº. 12.608/2012.

Por Proteção e Defesa Civil entende-se o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

O Plano de contingência é um instrumento de planejamento das ações da defesa civil frente aos cenários de riscos. Nele devem estar previstos ações, recursos e responsabilidades das instituições e pessoas que desempenham algum papel nesse planejamento.

Salienta-se que um Plano de Contingência é um esforço na tentativa de diminuir as chances de ocorrências de danos humanos em uma situação emergencial, não há uma garantia absoluta de que nenhuma vítima ocorrerá, mas é certo que ao dispor de um planejamento prévio, que prepare a população exposta a um determinado risco, bem como os agentes públicos e privados responsáveis pelas ações emergenciais, aumentam-se as chances de preservação de vidas e da integridade física das pessoas.

Neste sentido, para a elaboração deste Plano, levou-se em consideração as características do território, os históricos de desastres, os cenários de riscos, os recursos disponíveis, atribuições e responsabilidades dos órgãos públicos municipais e outros.

2. FINALIDADE

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLAMCON) para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de Aracruz/ES estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos nas respostas a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

O presente plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de Aracruz-ES identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida,

bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Restabelecer, em curto prazo, a situação de normalidade nos casos de ocorrências de desastres naturais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Socorrer e assistir a população vitimada;
- Restabelecer com presteza os serviços públicos essenciais e o equilíbrio emocional da população;
- Reabilitar os cenários do desastre.

4. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O PLAMCON foi desenvolvido a partir da análise das avaliações, mapeamentos de risco efetuados por órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, e dos cenários de riscos identificados como prováveis e relevantes, caracterizados como hipóteses de desastres.

4.1 SITUAÇÃO

O município está localizado na região Litoral Norte do estado do Espírito Santo. Sua topografia varia de plana a ondulada, sendo a maior parte do município correspondente a uma zona de planície.

A partir da análise do Plano Estadual de Defesa Civil, foi constatado que um levantamento de dados referentes aos desastres que atingiram o estado do Espírito Santo entre os anos 2000 e 2013 apontou os seguintes desastres mais recorrentes: inundação, enxurrada, estiagem, granizo, vendaval, deslizamento, e erosão marinha.

4.1.1 TIPOS DE DESASTRES RECORRENTES SITUAÇÃO

➤ Inundação

A inundação gradual é caracterizada por um transbordamento paulatino de água da calha normal de rios e lagos, ou acumulação de água por drenagem deficiente em áreas que não são habitualmente submersas. Na maioria das vezes, a inundação é provocada por precipitações pluviométricas intensas e pela intensificação do regime de chuvas sazonais, mas podem ter outras causas, como: assoreamento do leito dos rios; compactação e impermeabilização do solo; precipitações intensas com marés elevadas; rompimento de barragens; drenagem deficiente de áreas a montante de aterros; estrangulamento de rios provocado por desmoronamento.

➤ Enxurrada

A enxurrada possui causas e efeitos semelhantes à inundação gradual, porém advém de escoamentos superficiais com grande velocidade e energia, resultante de fortes chuvas.

➤ Estiagem

Período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

➤ Vendaval

Deslocamento violento de uma massa de ar. Forma-se, normalmente, pelo deslocamento de ar de área de alta para baixa pressão. Ocorre, eventualmente, quando da passagem de frentes frias, e sua força será tanto maior quanto maior a diferença de pressão das "frentes". Os vendavais normalmente são acompanhados de precipitações hídricas intensas e concentradas, que caracterizam as tempestades. Além das chuvas intensas, os vendavais podem ser acompanhados de queda de granizo.

➤ Granizo

Precipitação sólida de Grânulos de gelo, transparentes ou translúcidos, de forma esférica ou irregular, raramente cônica, de diâmetro igual ou superior a 5mm.

➤ Deslizamento

Fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados encostas, vertentes ou escarpas. Caracteriza-se por movimentos gravitacionais de massa que ocorrem de forma rápida, cuja superfície de ruptura é nitidamente definida por limites laterais e profundos, bem caracterizados. Em função da existência de planos de fraqueza nos horizontes movimentados, que condicionam a formação das superfícies de ruptura, a geometria desses movimentos é definida, assumindo a forma de cunha, planar ou circular.

➤ Erosão Marinha

Resultado do movimento das águas oceânicas que atuam sobre as bordas litorâneas, modelando o relevo de forma destrutiva. Esse movimento pode, também, modelar o relevo de forma construtiva, resultando em acumulação marinha e, consequentemente, dando origem a praias, restingas, recifes e tómbulos. Normalmente, no Brasil, as erosões marinhas são pouco importantes, mas o fenômeno é intensificado por atividades antrópicas.

No território de Aracruz/ES, a análise dos dados históricos de desastres naturais aponta para maior ocorrência de pequenos deslizamentos e inundações.

4.2 CENÁRIOS DE RISCOS

Em recente estudo de cenários de riscos de acidentes naturais no município, realizado por órgão do SINPDEC, foram identificadas as seguintes localidades: Santa Luzia; Morro do Cruzeiro em Santa Cruz; Irajá II ou Novo Irajá; São Camilo; Limão I e II; Baixada Polivalente; Guaraná; Jacupemba; bairros Segatto, Fátima, Clemente, Portelinha, Morobá e Morobazinho; Praia dos Padres; Vila do Riacho e Área Indígena Combóios; Área Indígena Nova Esperança; bairro São Pedro e área ribeirinha de Barra do Riacho.

4.2.1 Santa Luzia

CENÁRIO DE RISCO		
1.	Risco	Deslizamento.
2.	Descrição	Local acidentado, com escadarias e presença de vielas pavimentadas com ausência de drenagem pluvial.
3.	Resumo histórico	Ventos fortes e deslizamento com vítimas em 1996.
4.	Fatores contribuintes	Cortes em taludes, habitações precárias e baixa percepção de risco pela comunidade.
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6.	Resultados estimados	Prejuízos e danos humanos e materiais.
7.	Componentes críticos	Resíduos sólidos e águas servidas lançadas diretamente no solo.

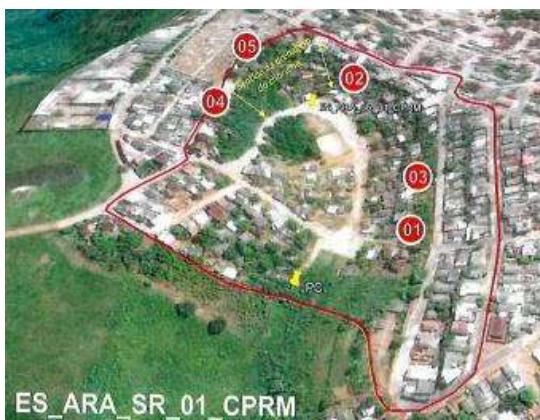


Figura 1: Santa Luzia

4.2.2 Santa Cruz - Morro do Cruzeiro

CENÁRIO DE RISCO		
1.	Risco	Deslizamento.
2.	Descrição	Encosta instável coberta de vegetação arbórea, com residências na crista e no pé do talude.
3.	Resumo histórico	Princípios/cicatrizes de deslizamentos com alcance de moradias (base da encosta).
4.	Fatores contribuintes	Habitações de baixo padrão construtivo no topo, baixa percepção de risco por parte da comunidade, presença de resíduos sólidos no solo, escavações usadas como fossa rudimentar e águas servidas lançadas no solo.

5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6.	Resultados estimados	Prejuízos e danos humanos e materiais.
7.	Componentes críticos	Presença de árvores de porte médio no talude, encosta/corte irregular.



Figura 2: Morro do Cruzeiro



Figura 3: Morro do Cruzeiro

4.2.3 Irajá II ou Novo Irajá

CENÁRIO DE RISCO	
1.	Risco
2.	Deslizamento.
3.	Descrição
4.	Terreno acidentado e com cortes em taludes. Ruas em declive e não pavimentada.
5.	Resumo histórico
6.	Sem registros.
7.	Fatores contribuintes
8.	Habitações de baixo padrão construtivo, baixa percepção de risco da comunidade, escavações usadas como fossa rudimentar.
9.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta
10.	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
11.	Resultados estimados
12.	Prejuízos e danos humanos e materiais.
13.	Componentes críticos
14.	Presença de cortes irregulares nos taludes.



Figura 4: Irajá II ou Novo Irajá.

4.2.4 São Camilo

CENÁRIO DE RISCO		
1.	Risco	Deslizamento.
3.	Resumo histórico	Sem conhecimento.
4.	Fatores contribuintes	Habitações de baixo padrão construtivo, baixa percepção de risco da comunidade, cortes em taludes.
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6.	Resultados estimados	Prejuízos e danos humanos e materiais.
7.	Componentes críticos	Presença de cortes instáveis nos taludes e habitações de baixo padrão construtivo.

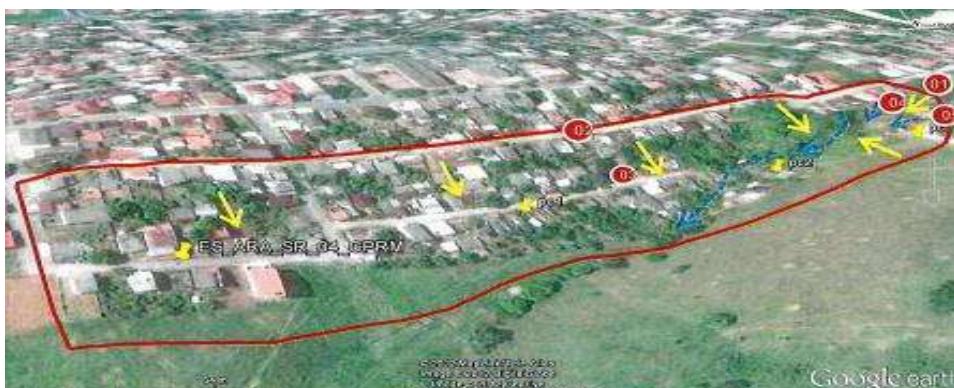


Figura 5: São Camilo

4.2.5 Limão I e II

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Deslizamento e alagamentos.
2. Descrição	Local acidentado com ruas em declives, pavimentadas, com presença de escadarias e setores com topografia baixa.
3. Resumo histórico	Princípio de deslizamento.
4. Fatores contribuintes	Baixa percepção de risco da comunidade e cortes irregulares em taludes.
5. Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6. Resultados estimados	Prejuízos e danos humanos e materiais.
7. Componentes críticos	Drenagem e cortes inadequados nos taludes.

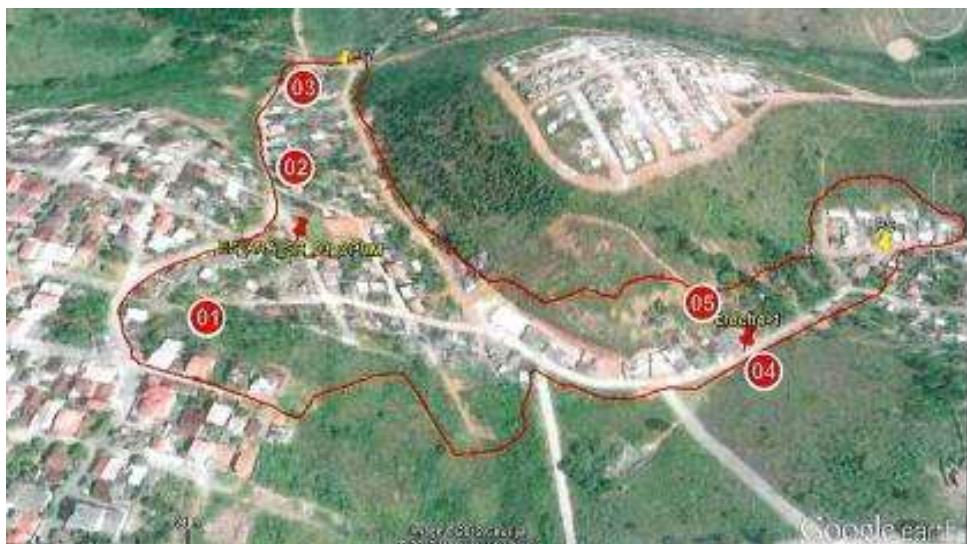


Figura 6: Limão

4.2.6 Baixada Polivalente

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Deslizamento e alagamento.
2. Descrição	Local acidentado, ruas pavimentadas em declive e planície no centro, tipo gamela.
3. Resumo histórico	Princípios de deslizamentos causando danos às moradias. Alagamentos da rua central.
4. Fatores contribuintes	Cortes irregulares em taludes, não funcionamento adequado da drenagem

		pluvial e baixa percepção de riscos por parte da população.
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6.	Resultados estimados	Prejuízos e danos humanos e materiais.
7.	Componentes críticos	Drenagem inadequada e cortes instáveis no terreno.



Figura 7: Baixada Polivalente

4.2.7 Guaraná

CENÁRIO DE RISCO		
1.	Risco	Inundação.
2.	Descrição	Local de inundação, ruas pavimentadas e estreitas.
3.	Resumo histórico	Inundações constantes causando danos às moradias nas ocasiões de precipitação.
4.	Fatores contribuintes	Aguas provindas das encostas e rio assoreado.
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6.	Resultados estimados	Prejuízos e perdas materiais.
7.	Componentes críticos	Calha do rio inadequados para escoamento fluvial em precipitações de grande volume.



Figura 8: Rio Araraquara em Guarana

4.2.8 Jacupemba

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Enxurrada e inundação.
2. Descrição	Local de inundação com presença de dezenas de barramentos de água à montante.
3. Resumo histórico	Inundação/enxurrada em janeiro de 2008.
4. Fatores contribuintes	Escoamento insuficiente da calha do rio.
5. Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6. Resultados estimados	Prejuízos e perdas materiais.
7. Componentes críticos	Reservatórios de águas (barragens) nos terrenos à montante e casas próximas a várzea, em área de inundação.

4.2.9 Bairros Segatto, Fátima, Clemente, Portelinha, Morobá e Morobazinho

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Enxurrada e inundação.
2. Descrição	Local de inundação e canal construído.
3. Resumo histórico	Inundações e enxurradas.
4. Fatores contribuintes	Escoamento e drenagem insuficientes. Presença de resíduos sólidos, em geral, às margens dos canais.
5. Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.

6.	Resultados estimados	Prejuízos e perdas materiais.
7.	Componentes críticos	Resíduos sólidos dispostos de maneira inadequada e drenagens insuficientes.

4.2.10 Praia dos Padres

CENÁRIO DE RISCO	
1.	Risco
2.	Descrição
3.	Resumo histórico
4.	Fatores contribuintes
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta
6.	Resultados estimados
7.	Componentes críticos

4.2.11 Vila do Riacho e Aldeia Indígena Combóios

CENÁRIO DE RISCO	
1.	Risco
2.	Descrição
3.	Resumo histórico
4.	Fatores contribuintes
5.	Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta
6.	Resultados estimados
7.	Componentes críticos



Figura 9: Rio Comboios (Aldeia Indígena)



Figura 10: Rio Comboios (Vila do Riacho)

4.2.12 Aldeia Indígena Nova Esperança

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Inundação.
2. Descrição	Local de topografia baixa e ribeirinha.
3. Resumo histórico	Inundações.
4. Fatores contribuintes	Alteração de marés.
5. Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6. Resultados estimados	Prejuízos e perdas materiais.
7. Componentes críticos	Comunidade banhada por rio que historicamente transborda.

4.2.13 Barra do Riacho – São Pedro e área ribeirinha

CENÁRIO DE RISCO	
1. Risco	Inundação e enxurrada.
2. Descrição	Bairro pavimentado.
3. Resumo histórico	Inundações vultosas em 1979 e 2013.
4. Fatores contribuintes	Drenagem insuficiente (São Pedro).
5. Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta	Não houve evolução, mas se faz importante o monitoramento e atenção para o possível uso de sistemas de alerta/alarme.
6. Resultados estimados	Prejuízos e perdas materiais.
7. Componentes críticos	Resíduos sólidos e sedimentos que por vezes entopem a rede pluvial (São Pedro).



Figura 11: Rio Riacho (Barra do Riacho)

4.3 PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Em casos de desastres no município a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEMDS), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), são consideradas órgãos de emergência com capacidade de resposta imediata ao ocorrido. Sendo assim, tais órgãos não necessitam de um plano de chamada para a sua mobilização, podendo ocorrer em qualquer horário ou dia da semana. Já os demais órgãos de emergência dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial. Neste sentido, deve-se considerar que para a utilização deste Plano existem tais condições e limites.

Importante registrar que o tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste Plano é de no máximo quatro horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento. Além disso, o acionamento dos órgãos estaduais de emergências, por parte do município, ocorrerá dentro de no máximo duas horas após autorização.

Entre as ações imprescindíveis para o eficaz cumprimento deste Plano destaca-se o papel de cada Secretaria/Órgão realizar seu planejamento interno a fim de que as respostas sejam executadas no menor espaço de tempo possível.

5. OPERAÇÕES EM CASO DE DESASTRE OCORRIDO

5.1 PROCEDIMENTOS

Caberá a COMPDEC, vinculado à Secretaria de Habitação e Defesa Civil – SEHAB a coordenação da cena ativando preliminarmente as áreas para:

- Posto de Comando;
- Áreas de evacuação;
- Área de espera;
- Rotas de fuga;
- Pontos de encontro;
- Abrigos emergenciais.

5.1.1 Procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade

Quanto aos procedimentos administrativos e legais em situação de anormalidade, compete a COMPDEC, a Secretaria de Governo (SEGOV) e a Procuradoria Geral do

Município (PROGE) os trâmites para que o chefe do executivo decrete situação de emergência ou estado de calamidade pública.

5.1.2 Consolidação do primeiro relatório

Na ocorrência de desastre a elaboração do relatório preliminar fica a cargo da COMPDEC e da SEMDS, com o apoio, caso possível, da REPDEC.

5.1.3 Resposta e ações de socorro

5.1.3.1 Busca e salvamento

As buscas e salvamentos são de responsabilidade da COMPDEC, da REPDEC e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (CBMES).

5.1.3.2 Primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar

Os procedimentos de primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar ficam a cargo da SEMSA e Corpo de Bombeiros do Espírito Santo.

5.1.3.3 Atendimento médico de urgência

Depois de fornecidos os primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar, cabe à SEMSA dar seguimento com o atendimento médico de urgência.

5.1.3.4 Evacuação

A evacuação das áreas de risco será de responsabilidade conjunta da COMPDEC, da REPDEC, do CBMES, da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e da Polícia Civil (PC).

5.1.3.5 Cadastramento e assistência social aos diretamente afetados

As ações de assistência social e o cadastramento das famílias afetadas ficarão sob a responsabilidade da SEMDS.

5.1.3.6 Abrigo provisório

No tocante ao fornecimento de abrigo provisório aos desabrigados, serão realizadas ações conjuntas de responsabilidade da SEMDS, da SEMED e da SEHAB.

5.1.3.7 Recebimento, organização e distribuição de doações

O recebimento e a distribuição de doações serão de responsabilidade da COMPDEC/SEHAB e SEMDS, que solicitarão apoio de organizações governamentais e não-governamentais.

5.1.3.8 Manejo de vítimas fatais

Na ocorrência de vítimas fatais, o manejo e condução dos corpos ficam a cargo da Polícia Civil.

5.1.3.9 Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, e outros).

O atendimento às pessoas com necessidades especiais será de responsabilidade da SEMSA e da SEMDS, com o apoio do CBMES.

6. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

6.1 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAL OU FEDERAL

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), com o apoio da SEHAB é responsável pela solicitação de recursos estadual ou federal.

6.2 SUPORTE ÀS OPERAÇÕES DE RESPOSTA

Serão responsáveis por fornecer suporte às operações de respostas: a Secretaria de Transporte e Serviços Urbanos (SETTRANS), a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SEMOB), a SEMDS, a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG), a SEHAB, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) e empresas parceiras.

7. ATENDIMENTO AO CIDADÃO E À IMPRENSA

Todas as informações referentes à ocorrências de desastres, ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM).

8. REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS

8.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A recuperação da infraestrutura urbanística será de responsabilidade da SEMOB e da SETRANS.

8.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

O restabelecimento dos serviços essenciais de água, esgoto, energia, telefonia e outros correlatos, ficará a cargo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia Elétrica S. A., das Empresas de Telecomunicações, da SEMOB e da SETRANS.

9. ATRIBUIÇÕES

9.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos órgãos e Secretarias envolvidas para a implementação do PLAMCON:

- Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de seu órgão, com atribuições e responsabilidade;
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados, necessários para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de seu órgão;
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de seu órgão, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas à realização das tarefas atribuídas ao seu órgão;
- Prover alimentação necessária para os envolvidos nas operações.
- Planejar para atender todas as suas atribuições definidas neste Plano.

9.2 ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

COMPDEC	
Responsabilidade primária	Averiguar o sinistro e acionar o PLAMCON.
Na preparação	Preparar a comunidade quanto ao risco, e possível evacuação, se for necessário.
No monitoramento	Monitorar as áreas de riscos pré-desastre.
No alerta	Alertar a comunidade local em casos de riscos de acidentes.
No alarme	Articular-se à REPDEC para as ações que envolvam alarme.
No socorro	Socorrer vítimas com embarcação, transporte, e outros meios.
Na assistência às vítimas	Acompanhar as vítimas afetadas, quanto às necessidades.
Na reabilitação de cenários	Vistoriar e registrar, junto aos engenheiros (SEMOB e outras), as edificações destruídas e danificadas.
Na desmobilização	Desmobilizar plano depois da normalidade.

SEHAB	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na assistência às vítimas	Fornecer abrigo provisório.

SETRANS	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
No socorro	Disponibilizar maquinários, caminhões, vans, pessoal, carro-pipa e outros veículos.
Na reabilitação de cenários	Fornecer suporte técnico e material às operações de respostas em casos de desastres e atender a outras demandas que são específicas da secretaria.

SEMOB	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na reabilitação de cenários	Fornecer suporte técnico e material às operações de respostas em casos de desastres e atender a outras demandas que são específicas da secretaria.

SEMED	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na preparação	Preparar os servidores para disponibilizarem os espaços de ensino para funcionarem como abrigo provisório em casos de desastres.

Na assistência às vítimas	Apoiar e administrar o processo de alojamento dos desabrigados nos espaços de ensino.
----------------------------------	---

SEMAP	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC, prioritariamente nas áreas rurais.
Na assistência às vítimas	Assistir aos afetados de acordo com os recursos disponíveis na secretaria. Disponibilizar maquinários, carro-pipa, barco, caminhões e outros veículos.
Na reabilitação de cenários	Fornecer suporte técnico e material às operações de respostas em casos de desastres e atender a outras demandas que são específicas da secretaria, prioritariamente nas áreas rurais.

SEMAM	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na preparação	Providenciar supressão de vegetação nas áreas de riscos indicadas pela COMPDEC.
No socorro	Disponibilizar equipamentos e veículos. Encaminhar equipes de motosserristas em caso de quedas de galhos/árvores.
Na reabilitação de cenários	Desobstruir vias interditadas em função de quedas de galhos/árvores.

SEMDS	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC. Cadastrar as famílias afetadas por desastres, entre outras ações de assistência social.
Na preparação	Preparar os servidores para a distribuição de recursos materiais provenientes de doações e concessões do Estado (colchões, cobertores, travesseiros, água potável, cestas básicas, alimentação, e outros), principalmente em horário noturno, fins de semanas e feriados.
Na assistência às vítimas	Assistir as pessoas com recursos materiais básicos nos abrigos provisórios público e particulares, quando necessário.

SEMSA	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na preparação	Disponibilizar materiais de primeiros socorros, medicamentos e outros.
No monitoramento	Monitorar e acompanhar a saúde dos vitimados.
No socorro	Disponibilizar ambulâncias, Médicos,

	Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, e outros recursos humanos/materiais.
Na assistência às vítimas	Disponibilizar kits de limpeza e higienização pessoal. Realizar vacinação, entre outras ações preventivas e curativas de saúde.

SEGOV	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na preparação	Informar e cobrar os Secretários, Gerentes e Coordenadores quanto à necessidade de apoio às ações de Defesa Civil.
No socorro	Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelas equipes da Prefeitura Municipal de Aracruz (PMA).
Na assistência às vítimas	Acompanhar a eficácia dos trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias Municipais nos casos de desastres.

SEMAD	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.

SEMPLA	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
Na preparação	Preparar e disponibilizar os servidores para o preenchimento de documentos.

PROGE	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC. Elaborar decretos necessários à administração pública nos casos de desastre.

SAAE	
Responsabilidade primária	Atender solicitações de ações preventivas e de emergências informadas pela COMPDEC.
No socorro	Disponibilizar maquinários, motobomba e outros equipamentos, quando solicitados.
Na assistência às vítimas	Disponibilizar água potável quando solicitado.
Na reabilitação de cenários	Recuperar redes de abastecimento de águas e de esgotamento sanitário.

SEMSU	
Responsabilidade primária	Disponibilizar, imediatamente após a ocorrência de desastres, pessoal qualificado para apoiar os órgãos nos procedimentos para aquisição de material e contratação de serviços, se for o caso.

10. SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES (SCO).

O Sistema de Comando em Operações (SCO) é uma ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as operações de respostas em situações de desastres, fornecendo um meio de articular os esforços de agências individuais quando elas atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente.

10.1 COORDENAÇÃO, COMANDO E CONTROLE

A coordenação das operações previstas no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil utilizará o modelo estabelecido pelo SCO.

10.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA

10.2.1 Comando

O Comando será unificado, com representantes dos seguintes órgãos e instituições: a COMPDEC/SEHAB, CBMES, e a Regional de Proteção e Defesa Civil - REPDEC.

10.2.2 Assessoria do comando

A assessoria do comando será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- a) Coordenador de Ligações: SECOM;
- b) Coordenador de Informações ao Público: SECOM;
- c) Coordenador de Segurança do comando: SEMAD;
- d) Coordenador de Secretaria: SEHAB.

10.3 SEÇÕES PRINCIPAIS

As seções principais serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- a) Coordenador de planejamento: SEMPLA;
- b) Coordenador de operações: SEMOB;
- c) Coordenador de logística – Secretaria de Suprimentos (SEMSU);
- d) Coordenador de Finanças – SEMFI.

10.4 SEÇÃO DE PLANEJAMENTO

As seções de planejamento serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- a) Coordenador de unidade de situação: SEHAB;
- b) Coordenador de unidade de recursos: SEMSU;
- c) Coordenador de unidade de documentação: SEMAD;
- d) Coordenador da unidade de especialistas: SEMOB;
- e) Coordenador da subseção de desmobilização: SEHAB;
- f) Coordenador da subseção de meio ambiente: SEMAM.

10.5 SEÇÃO DE OPERAÇÕES

As seções de operações serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- a) Encarregado da área de espera: SEMSU;
- b) Coordenador da subseção de decretação: COMPDEC/PROGE;
- c) Coordenador da subseção de socorro: COMPDEC/SEHAB;
- d) Coordenador da subseção de assistência: SEMDS;
- e) Coordenador da subseção de reabilitação: SETRANS.

10.6 SEÇÃO DE LOGÍSTICA

A estrutura da seção de logística será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

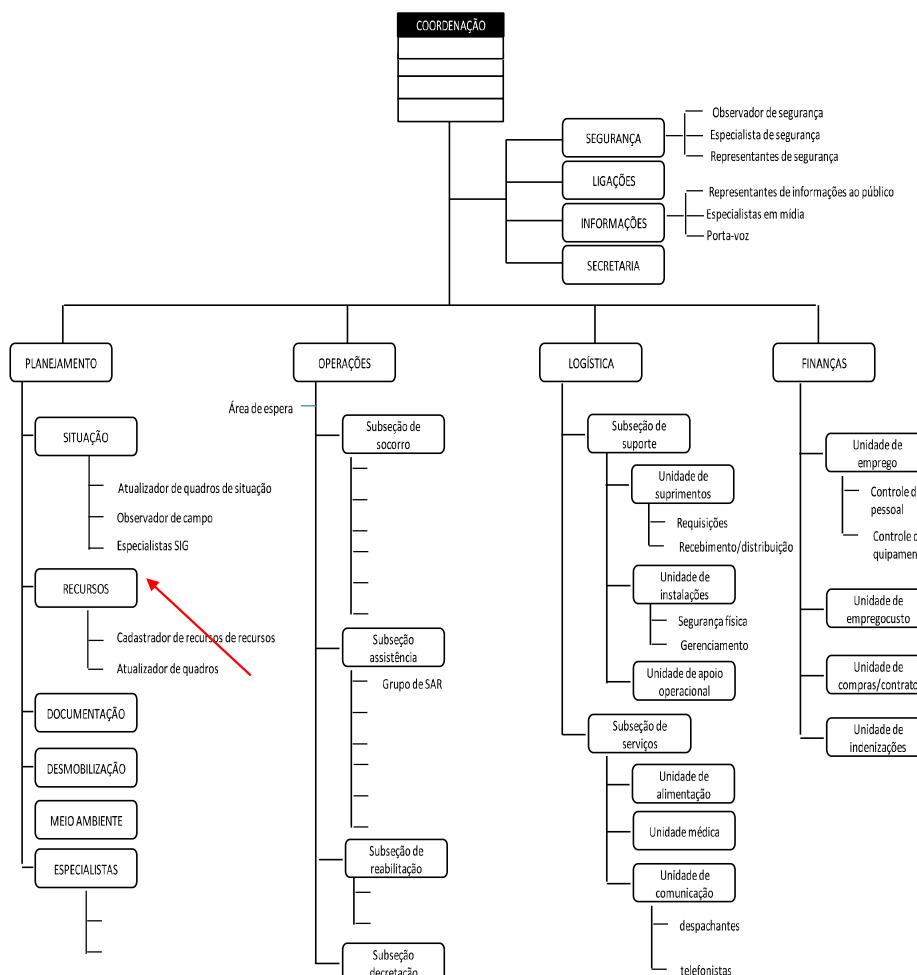
- a) Coordenador da subseção de suporte: SEMSU;
- b) Coordenador da unidade de suprimentos: SEMSU;
- c) Coordenador da unidade de instalações: SETRANS;
- d) Coordenador da unidade de apoio operacional: SEMOB;
- e) Coordenador da subseção de serviços: SETRANS;
- f) Coordenador da unidade de alimentação: SEMDS;
- g) Coordenador da unidade de médica: SEMSA;
- h) Coordenador da unidade de comunicação: SECOM.

10.7 SEÇÃO DE FINANÇAS

A estrutura da seção de finanças será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- a) Coordenador da unidade de emprego: SEMAD;
- b) Coordenador da unidade de compras e contratos: SEMSU;
- c) Coordenador da unidade de custos: SEMSU;
- d) Coordenador da unidade de indenizações: PROGE.

10.8 ORGANOGRAMA DO SCO



10.9 PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO

Ao ser acionado o SCO, imediatamente cabe ao comando:

- Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para a segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;
- Instalar formalmente o SCO e assumir a sua coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente com os envolvidos);
- Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos superiores e envolvidos sobre sua localização;
- Estabelecer uma área de espera e designar um coordenador, comunicando os envolvidos a caminho sobre o local;
- Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e considerando:
 - Cenário identificado;
 - Prioridades a serem preservadas;
 - Metas a serem alcançadas;
 - Recursos a serem utilizados (quem, onde, quando, como e com que recursos);
 - Organograma modular, flexível, porém claro;
 - Canais de comunicação;
 - Período Operacional (horário de início e término);
 - Solicitar ou dispensar recursos adicionais conforme a necessidade identificada no Plano;
 - Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho;
 - Verificar a necessidade de implementar funções do SCO para melhorar o gerenciamento;
 - Iniciar o controle da operação no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando;
 - Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário;
 - Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte,

elaborando um novo Plano de Ação antes do fim do período operacional que estabeleceu.

11. OPERACIONALIDADE DO PLAMCON

11.1 CRITÉRIOS E AUTORIDADE

O PLAMCON poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

- Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- Secretário Municipal de Habitação e Defesa Civil.

11.2 ATIVAÇÃO DO PLANO

O PLAMCON será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas ou pela ocorrência do evento.

11.3 PROCEDIMENTO

Após a decisão formal de ativar o Plano, as seguintes medidas serão desencadeadas:

- A COMPDEC/SEHAB ativará o plano de chamada e o posto de comando, se necessário;
- Na ocasião os órgãos a serem mobilizados serão: COMPDEC/SEHAB, SEGOV, SEMDS, SEMED, SEMOB, SETRANS, SEMAG, SEMSA, e REPDEC;
- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da necessidade (atenção, alerta, alarme ou resposta).

12. DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a recuperação sem que haja interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos.

12.1 CRITÉRIOS PARA DESMOBILIZAÇÃO

O PLAMCON será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, seja pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto.

12.2 AUTORIDADES PARA DESMOBILIZAÇÃO

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado à SEHAB.

12.3 PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO

Após a decisão formal de desmobilizar o PLAMCON as seguintes medidas serão desencadeadas:

- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a situação anterior);
- Os órgãos e voluntários, envolvidos no plano, serão comunicados da desmobilização por meio escritos ou via celular/telefone;
- A COMPDEC e ou outro órgão/secretaria competente desmobilizará o plano de chamada e o posto de comando.

13. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLAMCON para deslizamentos de grandes impactos, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de Aracruz – ES, estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente nas respostas às emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais.

O presente Plano foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil/ SEHAB e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Poder Público Municipal de Aracruz/ ES, identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano. A COMPDEC não se responsabilizará pelo não cumprimento ou pela omissão das obrigações deste Plano, caso ocorra por algum órgão ou instituição relacionada.

13.4 INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO

O presente Plano foi estruturado de acordo com os seguintes tópicos: Introdução; Finalidade; Objetivos; Situação e Pressupostos; Operações em caso de desastre ocorrido; Captação de recursos; Atendimento ao cidadão e à imprensa; Reabilitação do cenário; Atribuições; Sistema de Comando em Operações (SCO); Operacionalidade do PLAMCON; Desmobilização; Documento de Aprovação; e, Anexos.

O PLAMCON foi elaborado para ser aplicado nas áreas de riscos de deslizamentos e inundações apresentadas nas páginas 9 a 16.

13.5 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLAMCON

Para melhoria do Plano, os órgãos envolvidos deverão realizar anualmente exercícios de simulados conjuntos, principalmente nas áreas de maiores vulnerabilidades. Tais simulados devem ser realizados sob a coordenação da COMPDEC/REPDEC. Além disso, deverá ser emitido relatório final de cada exercício para destacar os pontos do PLAMCON que deverão ser alterados ou reformulados.

Com base nas informações contidas nos relatórios, os órgãos participantes reunir-se-ão para elaborar a revisão do plano, lançando uma nova versão, que deverá ser distribuída aos órgãos de interesse.

Por fim, representantes dos órgãos envolvidos deverão participar de cursos, palestras, encontros, fóruns, entre outros relacionados às ações de proteção e defesa civil.



DECRETO N.º 40.240, DE 10/08/2021.

ALTERA O ANEXO I DO DECRETO 33.679, DE 30/01/2018 DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE DISCIPLINAR OS PROCEDIMENTOS EM CASO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, do Decreto nº 33.679, de 30/01/2018, que contém a lista de contatos dos titulares dos órgãos envolvidos, do Plano Municipal de Contingência de Aracruz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 10 de Agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "LUIZ CARLOS COUTINHO".

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTA DE CONTATOS DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS E OUTROS.

Nº	NOME	TITULARIDADE	CONTATO
1	Luiz Carlos Coutinho	Prefeito municipal	27-99748-1048 27-3270-7013
2	Carlos Alberto Vieira	Vice Prefeito	27-99708-3532
3	Andrea Coutinho Musso	Sec. de Governo	27-99760-0370 27-3270-7013
4	Alessandro Oliveira Lube	Secretário de Habitação e Defesa Civil	27-99812-6520 27-3270-7968
5	Daniel Rocha dos Santos	Coord. Proteção e Defesa Civil	27-99963-0321 27-3270-7969
6	Adinaldo Bento da Silva	Técnico em Edificações (Proteção e Defesa Civil)	27-99845-5884 27-3270-7969
7	Dileuza Marins Del Caro	Sec. de Desenvolvimento Social	27-99833-2735
8	Genilza Spinassé Morelatto	Sec. de Educação	27-99979-3296
9	Almir Viana	Sec. De Transporte e Serviços Urbanos	27-99812-9066
10	Aladim Fernando Cerqueira	Sec. de Meio Ambiente	27-99799-2694
11	Mauro Demartha	Sec. de Agricultura	27-99784-2994
12	Rosiane Scarpati	Sec. de Saúde	27-99849-5085
13	Rafael Borgo	Sec. de Obras e Infraestrutura	27-99946-6707
14	Thiago Piorote	Procurador Geral	27-3270-7006
15	Marcelo Rodrigues de Oliveira	Sec. de Suprimento	27-3270-7080
16	Geraldo Magela	Sec. de Finanças	27-99909-3717
17	Amadeu Zonzini	Diretor SAAE	27-99973-9886
18	5º BPMES	Plantonista	27-3256- 9850 27-3526- 9822 27-3256-9862
19	EDP/Escelsa	Plantonista	0800-721-0707
20	PRE (Polícia Rodovia ES 10 Coqueiral - Aracruz	Plantonista	27-3250 - 1446
21	Apoio Jacupemba	Natálio Costa Ferreira	27-3270-7499
22	Apoio Vila do Riacho	José Carlos Florêncio	27-3270-7485
23	Apoio Coqueiral	Fábio Leonardo Nascimento	27-99794-4663
24	Apoio Santa Cruz	Haniele Vicente	27-3270-7486
25	Grupo de Escoteiro Jequetibá	Ângela Altoé	27-99974 8310

Nº	INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Diretor	Celular
1	CMEB Álvaro Souza	E.I – Natali Lopes do Nascimento Tottola	9 9836-7197
	CMEB Álvaro Souza	E.F – Andréa Moreira da Silva Dias	9 9930-5800
2	CMEB Ester Nascimento	Ana Luiza Soares de Souza Rodrigues	9 9638 -1540
3	CMEB Honório N. de Jesus	E.I – Neusa G. de S. Morelato	9 9897-9143
		E.F – Solange Siqueira Magalhães	9 9846-7175
4	CMEB José Mambrini	E.I - Rosângela Davi de Coimbra	9 9925-5233
	CMEB José Mambrini	E.F - Vera Lúcia Possa	9 9840-6835
5	CMEB Mário Leal Silva	E.I – Sonia Della Valentina Bravo	9 9702-8356
		E.F – Maria Aparecida Deoclecio Cosme	9 9656-7550
6	CMEB Paulo Freire	E.I – Rosiana Barcelos Lírio	9 9757-4507
	CMEB Paulo Freire	E.F – Stherson Dias de Almeida	9 8123-8159
7	CMEB Profª Maria Luíza Devens	E.I - Sibele Cristina D'Agostini	9 9787-9701 3296-0833
	CMEB Profª Maria Luíza Devens	E.F – Roseli Pianca Gripa	9 9931-3624
8	CMEI Amália Coutinho	Claudinéia da Silva Moraes	9 9802-4051
9	CMEI Balão Mágico	Leida Costa Borba	9 9311-7547
10	CMEI Chapeuzinho Vermelho	Adriana Alves dos Santos Abud	9 9797-0066
11	CMEI Cinderela	Daniele Dettogni Piol	9 9888-4341
12	CMEI Criança Feliz	Katia Aparecida Gomes Rosalino	9 9239-0525 / 3256-1999
13	CMEI Donatila Coutinho	Denisia Amorim Cabidelli Vieira	9 9860-4622
14	CMEI Epifânio Pontin	Camila de Araujo Gambarti Sarcinelli	9 9902-2795
15	CMEI Francisca Rocha	Graciela Aparecida Costa Piol	9 9687-0771 / 3275-1237
16	CMEI Marília Resende	Maria Angela Borges de Souza	9 9754-2750
17	CMEI Narizinho	Jocenir Elaine Rensman David	9 9867-5198
18	CMEI Nova Colatina	Elisangela Pacheco dos Santos Segatto	9 8169-0142
19	CMEI Novo Irajá –	Fernanda Paresqui Pessotti Resende	9 9983-7187
20	CMEI Prof. Mª José Ghidetti Rocha	Ivamara Paulino Queiroz Fantin	9 9829-7648
21	CMEI Sete Anões	Dilza Célia Rui	9 9983-4367
22	CMEI Tia Anastácia	Rosieli Geraldina Merotto Foletto	9 9930-2307
23	CMEI Vera Lúcia Devens	Ednar Zamperlini Succi Ferreira	9 9808-1844
24	CMEI Vovó Jandira	Marlen Berteli de Almeida	997378380
25	CMEII Caeira Velha	Alzenira Felipe Marques	9 9790-0870
26	EMEF Abílio C. de Amorim	Sônia Mara Cerri Suella	9 9978-1690
27	EMEF Coqueiral	Andréa de Castro Cordeiro Siqueira	3250-2418/ 9 9930-6525
28	EMEF Ezequiel F. Rocha	Penha Casotti Flores	9 9993 -2230
29	EMEF Itaparica	Alcimara Macedo Leonidas	9 9933-8598
30	EMEF José M.Rampinelli	Marta Aiolfi dos Santos	9 9640-7130

Nº	INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Diretor	Celular
31	EMEF Luiza Silvina	Débora Amorim Gomes Barbosa	9 9525-0179
32	EMEF Marechal C. e Silva	India Mara Bitti Magalhães Rocha	9 9846-7066
33	EMEF Nova Santa Cruz	Maria da Penha Breciani	9 9901-7553
34	EMEF Novo Irajá	Irenilda Barbosa Nunes	9 9619-0301
35	EMEF Placidino Passos	Regina Célia Avilha Mendonça	9 9504-3461
36	EMEF Profª Bárula Neves	Marlene Zambon Soares	9 9974-6288
37	EMEF Profª Maria Inês	Regiani Ravani Jorge	9 9946-9325 / 9 8174-3233
38	EMEF Samoel Costa	Nivia Renata Nascimento Dalmaso	9 9927-3744
39	EMEF Santa Cruz	Lucineia de Fátima B. Polonini	9 9917-0897
40	EMEF Zenília Varzem	Priscila Machado Auer Pereira	9 9986-3447
41	EMEF Zilca N. V. Bermudes	Vania Fracalossi Bof	9 9878-4954 / 3256-1921
42	EMEFI Caeira Velha	Lucenilda de Souza Pêgo	9 9689-1224
43	EMEFI Dorvelina Coutinho	Luzia Florêncio Rodrigues	9 9772-7941
44	EMP Nova Esperança – Alvaro Souza	Presidente da UE Vanusa -Orelhão 3256-1063- 99827-8223	Vanusa 9 9827-8223 - só pela manhã
45	EMP Balneário Praia do Sauê	Giovana Polesi Pessotti Mendes	9 9623-6232 / 3250-3022
46	EMPI IRAJÁ	Marilia Amancio R. Cordeiro	9 9848-0081
47	EMPI Pau Brasil	Marilia Amancio R. Cordeiro	9 9848-0081
48	EMPI Três Palmeiras	Mauro Luiz Carvalho	9 9829-5060
49	Polo de Apoio Presencial da UAB e Centro de Formação de Professores José Modenese (3270-7470 3043, 3044, 3045 e 3046)	Raldinéia Marin Sarmenghi	9 9607-4441



ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LUIZ CARLOS COUTINHO

CIDADÃO

assinado em 01/09/2023 14:12:20 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/09/2023 14:12:20 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUIZ CARLOS COUTINHO (CIDADÃO)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-BDGWJ4>